



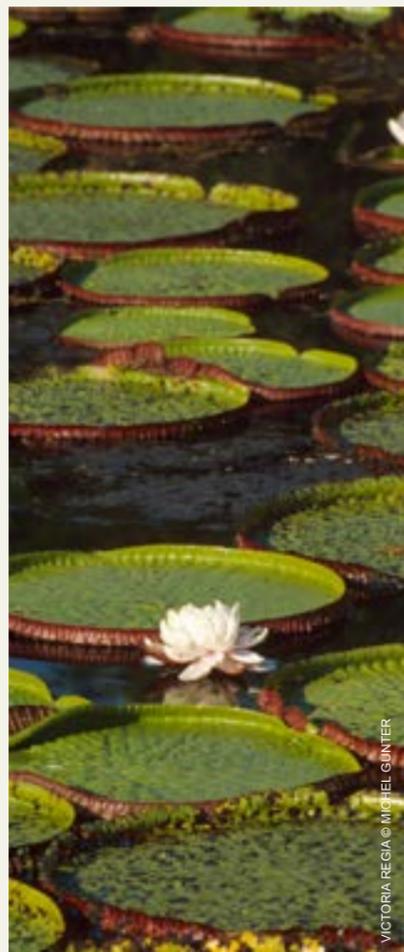
WWF

POLÍTICAS
PÚBLICAS

2017

CORTES NO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2018 ATINGEM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO

SE NÃO HOUVER RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DA ÁREA AMBIENTAL, PAÍS PODE COMPROMETER A BIODIVERSIDADE, O FORNECIMENTO DE ÁGUA E O COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



VICTORIA REGIA © MICHEL GUNTER

Em meio à ofensiva para reduzir o tamanho ou rebaixar o status de proteção de Unidades de Conservação na Amazônia, estimulada pela bancada ruralista e por representantes do setor de mineração, o governo propôs o corte pela metade das verbas destinadas às UCs no projeto de lei orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional.

Levantamento feito pelo WWF-Brasil em parceria com a Associação Contas Abertas mostra que as ações orçamentárias que tratam de criação, implantação, monitoramento e projetos de manejo nas áreas protegidas têm reservado no Projeto de Lei do Orçamento de 2018 R\$ 122,9 milhões, contra uma previsão de gastos de R\$ 244,5 milhões na proposta de 2017. O levantamento faz parte de um estudo a ser divulgado no final do ano, sobre o financiamento público à área de meio ambiente.

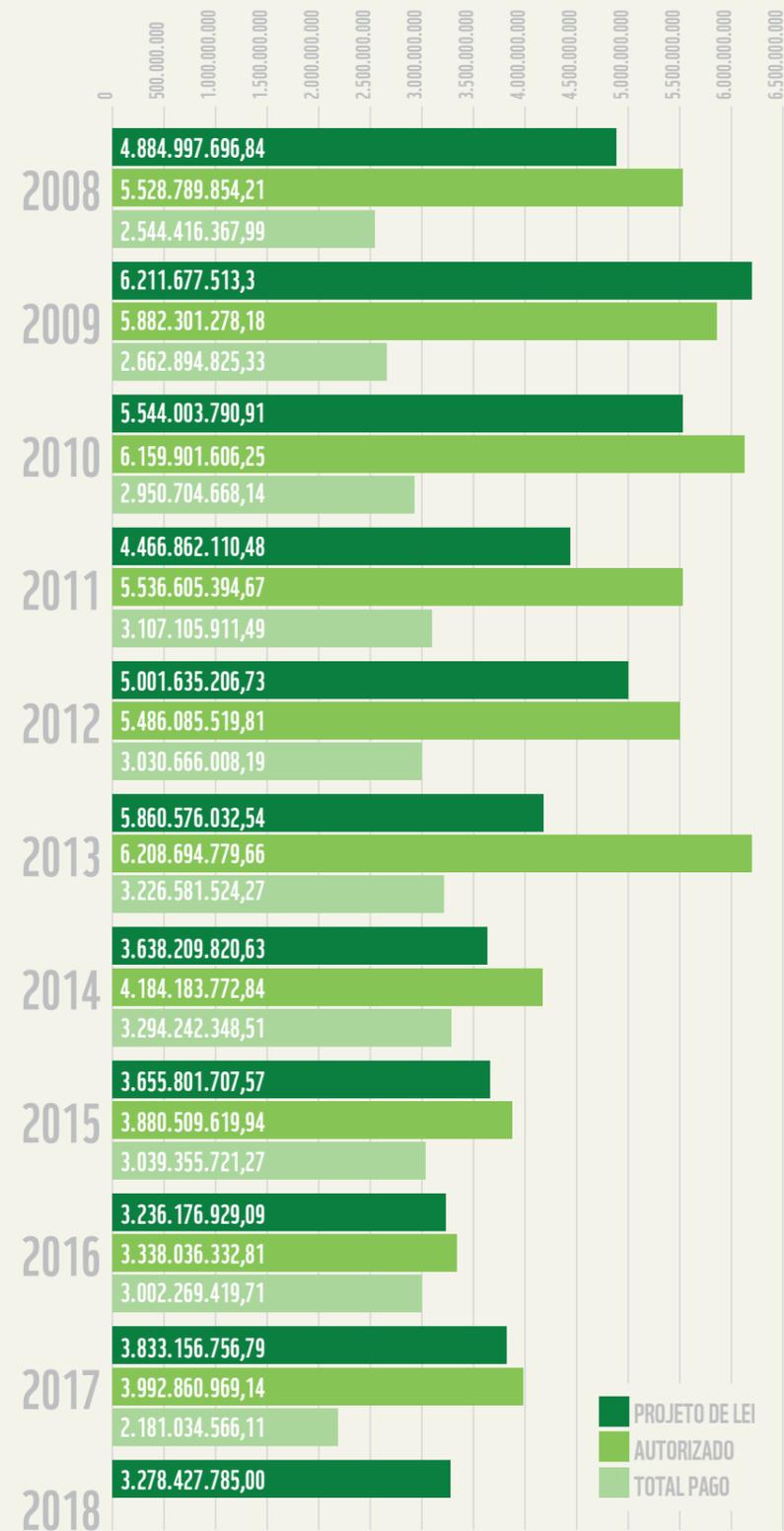
Os cortes na previsão de gastos para 2018 alcançam o combate ao desmatamento, a adaptação às mudanças climáticas e sua mitigação, o manejo florestal, a regularização dos imóveis rurais, o licenciamento ambiental e, em menor proporção, a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos. O quadro sugere um desmonte da área ambiental.

O corte mais profundo atingiu o Bolsa Verde, programa que paga R\$ 300 a cada três meses a famílias extremamente pobres moradoras em áreas protegidas, como incentivo à conservação. O Bolsa Verde teve gastos autorizados de mais de R\$ 70 milhões nos últimos dois anos e simplesmente desaparece no PLOA 2018. O governo busca repassar a conta ao Fundo Amazônia, que também pode sofrer corte nos aportes.

No conjunto, o Ministério do Meio Ambiente tem R\$ 3,278 bilhões na proposta de lei orçamentária de 2018, contra R\$ 3,786 bilhões que teve na proposta para 2017. O valor é 29% menor do que a média destinada ao MMA pelos projetos de lei orçamentária na última década, de R\$ 4,6 bilhões.

Em decorrência da mudança da meta fiscal para 2018, aprovada no início de setembro, para uma estimativa de déficit de R\$ 159 bilhões (ou R\$ 30 bilhões maior), o governo deve alterar a proposta até o início de novembro, antes de o Congresso começar a votar o Orçamento. O novo Orçamento só deve ser conhecido no fim de dezembro ou no ano que vem.

Na proposta encaminhada ao Congresso no último dia de agosto, o MMA tem orçamento menor do que a Câmara ou que o Senado, mas ainda maior do que outros nove ministérios, como Cidades, Cultura, Relações Exteriores e Esportes. Os cortes já expressam o impacto da emenda constitucional que impôs teto aos gastos públicos no período de 20 anos.



MMA TEM R\$ 3,278 BILHÕES NA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018, CONTRA R\$ 3,786 BILHÕES EM 2017. VALOR É 29% MENOR DO QUE A MÉDIA DESTINADA À ÁREA NA ÚLTIMA DÉCADA



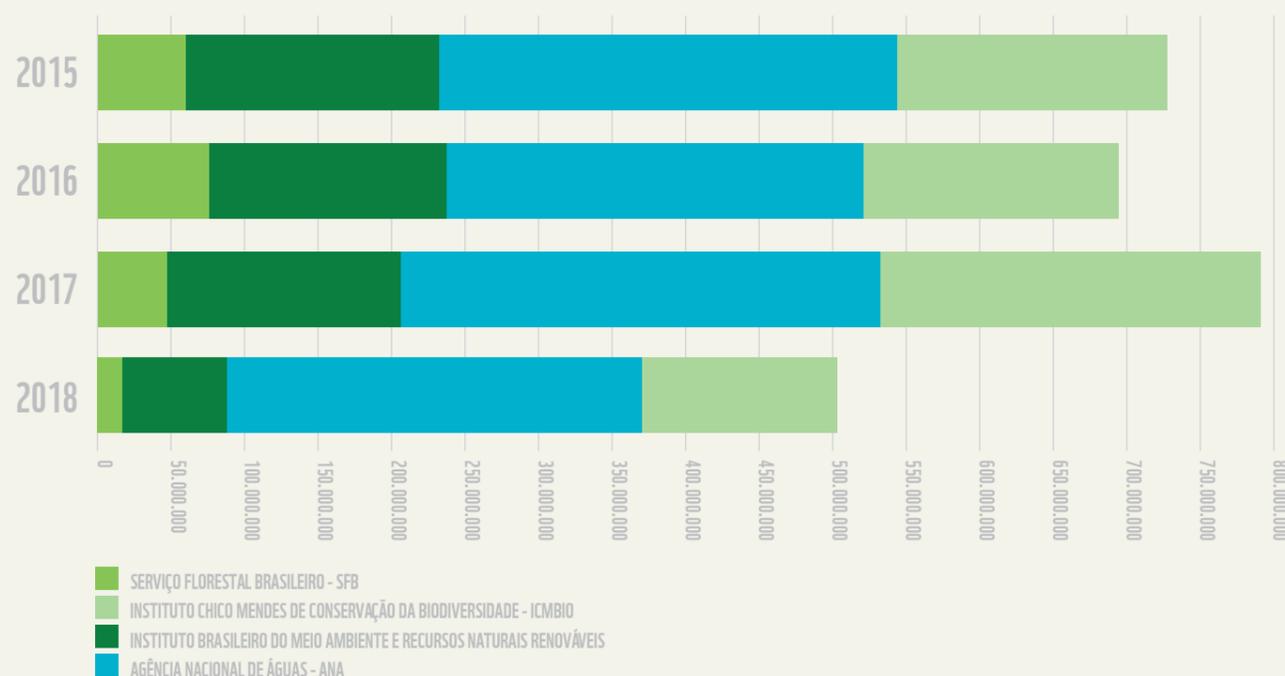
CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA) © MICHEL GUNTER

VARIAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS PELOS PLOAS NOS DIVERSOS TEMAS E AUTARQUIAS

	2015	2016	2017	2018
PAGAMENTO DE PESSOAL	1.003.815.024	977.583.129	1.022.003.809	1.016.211.162
APOSENTADORIAS E PENSÕES	448.859.522	466.846.187	555.467.976	577.702.151
RECURSOS HÍDRICOS	200.630.328	166.489.747	153.471.698	136.277.860
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	147.589.978	198.953.379	244.483.082	122.979.257
DESMATAMENTO	224.220	79.125.429	97.243.508	42.178.695
REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS	69.312.588	44.000.440	8.690.135	4.741.552
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	24.970.406	18.055.958	17.313.119	4.741.552
GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE	-	9.306.610	6.000.000	3.949.700
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	8.570.813	6.362.568	5.000.000	3.167.250
MANEJO FLORESTAL	5.673.282	3.850.770	4.149.853	2.170.850
CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES	168.165	231.974	208.728	204.484
BOLSA VERDE	118.836.661	104.339.778	73.826.485	-

*Em reais

Fonte: Siafi/Siga Brasil/Contas Abertas
Pesquisa pelas ações finalísticas e Unidades Orçamentárias do MMA.



CENÁRIO DE CORTES SUGERE DESMONTE DA ÁREA AMBIENTAL

A maior despesa do MMA é com pagamento de pessoal, com mais de R\$ 1 bilhão de gastos previstos em 2018. Nenhuma ação finalística do ministério chega perto dos gastos estimados com pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores, R\$ 578 milhões.

Entre as diferentes autarquias subordinadas ao ministério, o corte é mais acentuado no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que administra as Unidades de Conservação federais. O Orçamento proposto para 2018 (R\$ 589 milhões) é 52% menor do que o do ano passado (R\$ 1,246 bilhão). O valor é menor até ao total já desembolsado pelo ICMBio nos primeiros oito meses de 2017.

No ano da realização do 80 Fórum Mundial da Água, que reunirá representantes de mais de cem países em Brasília em março, a Agência Nacional de Águas também perde recursos, em relação ao Orçamento de 2017. Embora a recuperação e a preservação de bacias hidrográficas mantenha os R\$ 900 mil propostos no ano passado, na principal ação da área em volume de verbas, a proposta para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos cai de R\$ 153 milhões para R\$ 136 milhões.

NA ONU

Ao mesmo tempo em que o presidente Michel Temer discursava na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que o Brasil concentrava “atenção” e “recursos” no combate ao desmatamento, a ação “Controle e Fiscalização Ambiental”, que inclui o combate ao desmatamento entre outras ações de fiscalização, perdeu 57% em relação à proposta de orçamento de 2017. A ação do MMA que trata especificamente das estratégias de prevenção e controle do desmatamento tem um volume bem menor de recursos e também foi alvo de corte R\$ 225 mil para R\$ 220 mil.

No Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o monitoramento do desmatamento nos diversos biomas teve corte de 60%. A proposta de orçamento da ação cai de R\$ 5,4 milhões, em 2017, para R\$ 2,2 milhões em 2018. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é responsável pelos dados que orientam o combate ao desmatamento no Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Na Assembleia Geral da ONU, o presidente Michel Temer também prometeu vigoroso combate às mudanças climáticas. Embora o recursos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima aumentem em 2018 em R\$ 24 milhões, a ação final de fomento a estudos, projetos e empreendimentos para a mitigação e adaptação tem a previsão de gastos em queda, de R\$ 17,3 milhões para R\$ 4,7 milhões.

ACOMPANHAR O ORÇAMENTO DA UNIÃO É FUNDAMENTAL

TANTO PARA ENTENDER O DESTINO DO DINHEIRO ARRECADADO COM TAXAS E IMPOSTOS, COMO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO GOVERNO E SUAS PRIORIDADES

Temas igualmente importantes da agenda ambiental, como a regularização ambiental dos imóveis rurais, um processo que começou com o cadastramento dos imóveis rurais e seus passivos de vegetação nativa, e o licenciamento ambiental de empreendimentos, também tiveram cortes no projeto de orçamento que o governo submeteu ao Congresso, de 30% e 37%, respectivamente.

A ação de Conservação e Recuperação de Ecossistemas aumentou a previsão de gastos, mas tampouco é significativa (de R\$ 84 mil para R\$ 204 mil). Já a ação que trata do monitoramento e controle das espécies ameaçadas de extinção teve a proposta de gastos reduzida de R\$ 6 milhões em 2017 para R\$ 3,9 milhões em 2018.

A votação do projeto de lei orçamentária de 2018 no Congresso é o primeiro movimento dessa disputa. Para alcançar a média dos gastos autorizados ao MMA na última década, a proposta de gastos apresentada pelo governo para a pasta teria de crescer 1,7 bilhão durante o processo de votação. A autorização de gastos é uma etapa importante do processo orçamentário, que se completa com o efetivo desembolso dos recursos.



FUNDO AMAZÔNIA NA LINHA DE CORTE



Outra importante fonte de recursos para o combate ao desmatamento na Amazônia deve ser alvo de corte neste ano. O governo da Noruega aguarda a divulgação dos dados oficiais sobre o avanço das motosserras no bioma para definir o tamanho da redução no aporte de dinheiro ao fundo administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O anúncio está previsto para acontecer durante a próxima conferência da Convenção do Clima, em Bonn, em novembro. Os aportes ao fundo dependem da efetiva redução das emissões de carbono provocadas pelo desmatamento.

A Noruega é o principal doador do Fundo Amazônia. Até o final de 2016, havia contribuído com 97,4% dos R\$ 2,8 bilhões depositados no fundo desde o início da operação, sete anos atrás. O governo da Alemanha e a Petrobras contribuíram com o restante. Do total depositado, R\$ 1,4 bilhão foram desembolsados para financiar projetos de combate ao desmatamento e uso sustentável da floresta.

Os demais acordos de cooperação internacional da área ambiental somaram aproximadamente US\$ 400 milhões na última década, segundo a Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério de Relações Exteriores. Dinheiro que veio sobretudo do Banco Mundial, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e da União Europeia.





CAPIVARA NO PANTANAL © EDWARD PARKER

WWF-Brasil

SGCV lote 15, S/N. Salas 319 e 421 Ed.
Jade Office, Zona Industrial, Guará.
71 215-650 | Brasília, DF.

T: +55 61 3364 7400

F: +55 61 3364 7474



Por que estamos aqui

Para parar a degradação do ambiente natural do planeta e construir um futuro em que seres humanos vivam em harmonia com a natureza.

www.wwf.org.br